

Revista Brasileira de Educação do Campo

The Brazilian Scientific Journal of Rural Education

ENTREVISTA / INTERVIEW

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9386>



Educação do Campo no Rio de Janeiro: relato da experiência de implementação da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ

Entrevistador: Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho

Entrevistado: Prof. Dr. Ramofly Bicalho Santos

George Leonardo Seabra Coelho¹

¹ Universidade Federal do Tocantins - UFT. Licenciatura em História. Rua 5 Qd V Casa 3 Setor Arnaldo Prieto. Arraias - TO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: george.coelho@hotmail.com

A presente entrevista faz parte de um extenso projeto, o qual venho desenvolvendo a três anos. De modo mais específico, esse projeto visa registrar as experiências na implementação das Licenciaturas em Educação do Campo em diferentes Universidades Federais Brasileiras. Antes de apresentar a entrevista com o Prof. Dr. Ramofly Bicalho, é importante realizar algumas ponderações. Conheci o glorioso Ramofly desde que cheguei à Universidade Federal do Tocantins em 2014, de lá para cá, nos encontramos em diversos Congressos e Encontros. A partir de minhas conversas com ele, esse grande intelectual me incentivou nesse projeto, onde de forma

amigável cedeu essa entrevista. Autor de diversos artigos, capítulos de livros e obras completas e, com a mesma dedicação dispensada para os estudos sobre a educação direcionada às populações camponesas brasileiras, o Prof. Ramofly pôde nos contar um pouco sobre sua trajetória acadêmica, a institucionalização do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, até suas expectativas quanto ao fortalecimento do curso no futuro. Então, espero que o leitor acompanhe a entrevista concedida – apropriando de suas próprias palavras – por um militante das políticas públicas de Educação do Campo.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 5	e9386	10.20873/uft.rbec.e9386	2020	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	-------	-------------------------	------	-----------------



Ramofly Bicalho, o senhor pode nos contar um pouco sobre sua formação acadêmica? Conte-nos sobre sua trajetória como pesquisador e como docente.

R.: Terminei minha graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1999 e Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2013. Concluí a Especialização *Lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos (EJA) na UFF no ano de 2001, onde estudei a Formação do Educador de Jovens e Adultos. No ano de 2003 recebi o título de Mestre em Educação pela UFF. Minha dissertaçãoⁱ abordou diretamente a Educação de Jovens e Adultos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Minha tese de doutoradoⁱⁱ em Educação foi defendida na Universidade de Campinas (UNICAMP) no ano de 2007 e abordou o Projeto Político Pedagógico das escolas do campo do MST: experiências de educadores e lideranças. Meu estágio de pós-doutorado realizado na UFF, em 2018, colocou em pauta o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Há quanto tempo o senhor dedica-se à Educação do Campo? Poderia compartilhar algo sobre sua trajetória como coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo na

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)?

R.: Estou desde 1997 aprofundando meus estudos acerca da educação no MST, num primeiro momento. Dos anos 2000 em diante, venho dialogando com o conceito de Educação do Campo, na estreita relação com os movimentos sociais. Quando fui aprovado no ano de 2008 para UFRRJ, na disciplina de Políticas Públicas de Educação do Campo, logo fui convidado pela Administração Superior da Universidade para, juntamente com outros colegas, protagonizar a criação da Licenciatura em Educação do Campo (LEC), via PRONERA. Concorremos ao edital no ano de 2009, iniciamos a parceria da primeira turma com o PRONERA em 2010 e finalizamos essa primeira turma em 2013. Em 2012 concorremos ao edital PROCAMPO/MEC e ganhamos. No ano de 2013 ajustamos o Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo Regular para iniciarmos nossa primeira turma em 2014. Assumi a Coordenação da LEC regular em 2013 e fiquei até 2016. Neste mesmo período, criamos o Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade (DECAMPD).

Fale um pouco mais sobre os objetivos, as atividades e os projetos futuros do Departamento de Educação do Campo,

Movimentos Sociais e Diversidade (DECAMPD)?

R.: Um dos objetivos principais, na atual conjuntura do DECAMPD, é a organização das nossas atividades, especialmente do TC – Tempo Comunidade, em Grupos Temáticos (GTs). Educadores/as e estudantes (em média 12 por grupo) se unem por afinidade temática, para desenvolverem trabalhos que articulem TC, TE – Tempo Escola e TI – Trabalho Integrado. Importante salientar que estes avanços ainda não estão plenamente consolidados. Sua consolidação depende de muita organicidade, trabalhos e atividades, com apoio por parte da Coordenação da Licenciatura em Educação do Campo, o próprio DECAMPD e a UFRRJ, além dos movimentos sociais camponeses e demais entidades parceiras.

O senhor poderia narrar o processo de institucionalização do curso de Educação do Campo na UFRRJ, das primeiras discussões até esses três primeiros anos?

R.: Nosso processo de institucionalização foi, de certa forma facilitado, em função das inúmeras experiências de Educação do Campo acumulada pelos colegas professores na criação, organização e condução da Licenciatura em Educação do Campo, via

PRONERA. Foi durante a LEC/PRONERA que resolvemos, em parceria com os movimentos sociais, concorrer a LEC/PROCAMPO. Trabalhamos com a Pedagogia da Alternância, Formação por área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais, basicamente História, Sociologia, Agroecologia e Educação Popular. Utilizamos o Processo de Seleção Especial, com questões de múltipla escolha, redação e memorial. Nos três primeiros anos (2014, 2015 e 2016), em função dos recursos que recebemos, foi possível desenvolver com mais propriedade a Pedagogia da Alternância, além de conseguir apoio com alojamentos, cópias de materiais, alimentação e bolsas para os estudantes carentes.

Para garantir que os diversos sujeitos do campo tenham acesso ao curso, o processo seletivo discente, via edital público, é composto por provas de conhecimentos culturais e gerais, uma redação sobre temas específicos da realidade brasileira e um “Memorial” sobre seu percurso de vida e formação. Este acesso especial se justifica na medida em que o potencial estudante da LEC tem, em geral, um percurso formativo bastante deficitário, principalmente a parcela do público de mais idade que concluiu o ensino médio em cursos aligeirados, com

longas interrupções durante este acidentado caminho de escolarização. Além disto, os diversos sujeitos do campo, historicamente, são excluídos de uma educação básica acessível e de qualidade, que gera grandes obstáculos para o ingresso no ensino superior e os impossibilita de atuarem como educadores e educadoras em suas próprias comunidades.

As estratégias de ingresso dos sujeitos camponeses, possui um caráter de política afirmativa, a partir do seu processo de seleção especial. Nestes anos de implantação, a LEC vem enfrentando os riscos de mudança no perfil dos ingressantes, que se traduziria na descaracterização do PROCAMPO, enquanto política pública. Reafirma-se, novamente, que a uniformização das seleções, via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não atende os desejos dessa Licenciatura. Os riscos têm sido enfrentados, a partir de ampla articulação interna dos docentes. A manutenção dos processos de seleção especial, passa pelo diálogo saudável com os setores administrativos e financeiros, no interior da Universidade.

Nesse processo de institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, nosso objetivo principal sempre foi garantir o

ingresso da juventude camponesa, agricultores familiares, quilombolas, educadores/as das escolas do campo da Baixada Fluminense, entre outros atores estratégicos na consolidação do curso. Por outro lado, no processo de seleção ainda persistem, entre outras, as seguintes questões: 1: As estratégias de divulgação têm dificultado o acesso à informação dos camponeses sobre a realização do processo de seleção especial. 2: Os índices de faltas no processo de seleção são altíssimos.

Você se refere várias vezes às parcerias com os movimentos sociais, poderia nominar quais os movimentos sociais e sujeitos pertencentes a esses movimentos que estavam ligados ao movimento de criação do curso na UFRRJ?

R.: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; CPT – Comissão Pastoral da Terra; Quilombolas; Indígenas e Caiçaras.

Você afirma que a LEC vem enfrentando os riscos de mudança no perfil dos ingressantes, que se traduziria na descaracterização do PROCAMPO, enquanto política pública. Como você entende essa questão?

R.: Compreendo que a institucionalização das Licenciaturas em

Educação do Campo, se desarticulada das lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais camponeses, pode contribuir para a descaracterização de tais cursos, em especial: 1) Dificuldades de acompanhamento e incompreensão da relação interdisciplinar entre TC – Tempo Comunidade e TE – Tempo Escola. 2) Dificuldades em compreender os princípios da pedagogia da alternância e a formação por área de conhecimento. 3) Pequena relação dos estudantes com os movimentos sociais. 4) Desmobilização em torno das lutas políticas no interior da UFRRJ e auto-organização estudantil. 5) Dificuldades de perceber a necessidade de planejar coletivamente, com educadores e educandos, as atividades do semestre, em especial, o TC – Tempo Comunidade e TI – Trabalho Integrado.

Na sua concepção, quais foram os principais avanços, dificuldades e desafios até o momento, assim como para o próximo triênio?

R.: Os avanços ocorridos na Educação do Campo são frutos da resistência organizada das populações, através das práticas de formação política e por meio das lutas deflagradas pelos movimentos sociais. Ao longo de décadas, resistem às inúmeras situações de dominação, provocam ações e pressionam governos na implementação de diretrizes,

normas, orientações e políticas públicas que atendam aos anseios e demandas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A Educação do Campo é resultado do acúmulo das experiências de diferentes sujeitos sociais em seus territórios e temporalidades. Constitui uma extensa caminhada marcada por avanços e retrocessos, lutas e resistências das trabalhadoras/es camponeses, movimentos sociais e Universidades. Representa a síntese de experiências socioeducativas que resistem às políticas de consolidação da sociedade marcadamente urbana e o fim das populações camponesas. Esta concepção de educação, diferente da escola tradicional, valoriza os saberes oriundos das experiências vividas, as referências de cultura e trabalho, além da relação entre agricultores e natureza.

Por outro lado, existem dificuldades históricas na consolidação de projetos que compreendam a Educação do Campo no Brasil e sua estreita relação com os movimentos sociais e outras lutas camponesas. As escolas do campo, por exemplo, em sua grande maioria, encontram-se em locais de difícil acesso, comprometendo o acompanhamento de educadores e educandos, além da orientação pedagógica. São recorrentes os contratos temporários, baixos salários, despreparo e preconceito com os saberes

da terra. Boa parte dos materiais didáticos utilizados privilegiam os saberes presentes nas escolas das metrópoles brasileiras, refletindo o absoluto desconhecimento das realidades camponeses. Todas essas dificuldades corroboram para o enfraquecimento das políticas públicas de Educação do Campo.

Mesmo com tantos avanços nas legislações voltadas para Educação do Campo, vale destacar que a realidade das escolas continua ainda muito precária. O advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) e a implementação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica, em 2002, não transformou profundamente as escolas do campo. Este é ainda um enorme desafio.

Vale considerar que o espaço acadêmico ainda apresenta inúmeras resistências à tal interação entre Educação do Campo e movimentos sociais camponeses. Muitas Universidades apresentam dificuldades para aceitar a presença de estudantes vinculados aos movimentos sociais (MOLINA e JESUS, 2010)ⁱⁱⁱ. Este território foi, historicamente, institucionalizado para servir à elite econômica e intelectualizada. Por outro lado, a contribuição das Universidades públicas à Educação do Campo revela que muitos educadores e educandos buscam novas orientações para o ensino superior

no país, na perspectiva de ir ao encontro dos interesses daqueles que foram socialmente excluídos.

Notamos que o desrespeito às identidades dos sujeitos do campo nos meios de comunicação, imprensa, instituições públicas e privadas da sociedade brasileira enaltecem as provocações, humilhações e destruição da autoestima. O campo brasileiro é uma incerteza. Faltam escolas, transporte escolar intra-campo, condições de acesso e escoamento da produção. Altos índices de contaminação pelo uso intensivo de agrotóxicos, concentração de terras, utilização de sementes transgênicas e avanço do agronegócio, em detrimento, da semente crioula e valorização da agricultura familiar.

Os maiores desafios das políticas públicas de Educação do Campo e, em especial, a Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, são: 1) Promover o ingresso dos sujeitos camponeses na Educação Superior; 2) Garantir o protagonismo dos movimentos sociais do campo na sua execução; 3) Se vincular organicamente com as lutas realizadas nas escolas do campo; 4) Materializar-se a partir da alternância pedagógica; 5) Promover a formação do trabalho docente multidisciplinar, considerando a formação por área de conhecimento. 6) Vincular os

curso de formação de educadores com as lutas dos camponeses pela permanência na terra e conquista das escolas do campo.

Sendo os cursos de Licenciatura em Educação do Campo organizados em Pedagogia de Alternância, como o senhor compreende essa abordagem?

R.: Compreendo que existem dificuldades nas práticas de alternância desenvolvidas pelas Licenciaturas em Educação do Campo e escolas do campo que devem ser enfrentadas, em especial, a ausência efetiva de políticas públicas no campo, tais como: melhoramento das estradas, localização das escolas, meios de transporte e formação docente. A Pedagogia da Alternância e os sistemas educativos, municipais e estaduais, devem contribuir para o fortalecimento do campo, reconhecendo suas especificidades, vozes, histórias, memórias, identidades e atores sociais. A Educação do Campo, tão carente de propostas e ações efetivas que contemplem a população camponesa, encontra na Pedagogia da Alternância, a valorização da cultura local, as experiências inovadoras de profissionalização, fortalecimento do meio e autoestima das comunidades, numa íntima e saudável articulação com a soberania alimentar, os movimentos sociais do campo e a agricultura familiar, orgânica e agroecológica.

Nessa conjuntura, as Licenciaturas em Educação do campo e as escolas podem se apropriar dos debates acerca da interdisciplinaridade, numa estreita articulação com a formação integral e valorização das histórias de vida dos sujeitos, individuais e coletivos. Na Pedagogia da Alternância é possível contribuir com a resistência e as diversas lutas em defesa dos valores culturais e identitários dos sujeitos, direta e indiretamente, envolvidos.

Compreendo ainda que as dificuldades apresentadas em relação às atividades do Tempo Comunidade (TC), podem aumentar em função da falta de apoio das ferramentas da Educação à Distância (EAD) nos territórios e os escassos recursos financeiros. Ou seja, a concepção de alternância e a formação por área de conhecimento podem apresentar dificuldades de acompanhamento e incompreensão da relação interdisciplinar entre TC e Tempo Escola (TE). Na alternância é fundamental não perder a centralidade do TC. Compreender os limites e as possibilidades da produção material da vida no campo, tem sido uma das preocupações fundamentais da organização curricular na Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, em diálogo com a formação de educadores por área de conhecimento, integrada por TE e

TC, além da estreita relação entre teoria e prática.

O senhor pode descrever como funcionou a Alternância durante sua gestão como coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFRRJ?

R.: Os sujeitos, individuais e coletivos, da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ compreende que a Pedagogia da Alternância é estratégica na formação inicial, continuada e emancipadora de educadores, educandos e seus familiares. Ela é utilizada para enfrentar o êxodo rural, as condições de pobreza e abandono do campo. Ela pode contribuir na consolidação dos espaços democráticos e na produção crítica do conhecimento. Através dos instrumentos pedagógicos, promove as condições básicas de formação dos educadores e educandos, em sintonia com a sustentabilidade, o contexto social, profissional, pessoal e de transformação do meio rural. Esta formação conta com a parceria de familiares, movimentos sociais, sindicatos, associações e demais organizações locais, num estreito diálogo com as experiências concretas de educação popular, vivenciadas pelos estudantes nas comunidades, além de processos de ensino-aprendizagens contínuos,

considerando o seguinte percurso: propriedade – escola – propriedade.

A Pedagogia da Alternância, em sua grande maioria, rompe com os valores conservadores e tradicionais. Defende a emancipação dos sujeitos e o envolvimento crítico na produção do conhecimento. As práticas de alternância e a formação do educador podem resultar em mudanças de paradigmas na Educação do Campo. Essa relação exige estudos que compreendam o contexto geral de formação no país e as principais teorias que norteiam tais práticas pedagógicas, sociais, políticas e culturais. Nessa abordagem, é essencial conhecer as especificidades da Educação do Campo e sua estreita ligação com o cotidiano dos sujeitos camponeses, a reforma agrária, a agricultura familiar, orgânica e agroecológica, além das inúmeras lutas contra o fechamento das escolas do campo, as sementes transgênicas e a utilização dos agrotóxicos.

Na alternância é possível romper com pedagogias focadas apenas na relação professor – aluno – saber. A estreita relação entre teoria e prática e as experiências de educação popular são extremamente valorizadas. O termo alternância, enquanto projeto de formação política, integral e sustentável, é utilizado no plural, pois denota valores humanos, socioambientais e afirmação de

identidades. Quando TE e TC se fundem nos espaços formativos dos agricultores familiares, Quilombolas, Sem Terra, mestiços, agricultores urbanos e juventude rural, os pertencimentos sociais, culturais e de trabalho dos sujeitos, individuais e coletivos, do campo são ressignificados. A formação em alternância exige elevados níveis de organização na articulação dos tempos e espaços de aprendizagens, consolidando a formação humana, social, ética e profissional. O plano de estudos, por exemplo, é um instrumento importantíssimo na exploração da realidade e experiência dos alternantes, contribuindo com observações, pesquisas, debates e reflexões acerca da produção crítica e emancipadora do conhecimento. Este instrumento didático-pedagógico valoriza o ambiente cultural dos estudantes e a riqueza de suas linguagens, costumes e valores. Prepara ainda para cidadania e a autonomia de pensamento.

Foi possível perceber o diálogo da LEC com os movimentos sociais e sindicais, de diversas organizações camponesas, entre eles: MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Associações de Remanescentes de Quilombos, Caiçaras, Agricultores Familiares, Fórum Municipal

em Nova Iguaçu, Fórum Fluminense de Educação do Campo (FOFEC), Escolas Família Agrícola (EFA/ES), Movimento Negro, Povos de Terreiro e Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Reiteramos que a organicidade desta Licenciatura dialoga com a Pedagogia da Alternância e seus sujeitos, no desafio de articular escolarização, melhorias nas condições de vida e fortalecimento político dos grupos sociais.

Para estes segmentos sociais, a Pedagogia da Alternância pode significar alternativas à manutenção de vínculos de trabalho coletivo e/ou familiar, assim como, pode fortalecer as lutas sociais travadas em contextos de disputas por terra, ocupação das grandes propriedades rurais improdutivas, regularização fundiária, reconhecimento de áreas remanescentes de quilombos e territórios expropriados das populações caiçaras. A formação, em nível superior, ao invés de afastar, física e intelectualmente, os educandos de sua realidade local, adquire um enorme potencial de colaboração e comprometimento com o contexto histórico-político destes sujeitos, individuais e coletivos.

No caso da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, a Pedagogia da Alternância foi viabilizada a partir de agrupamentos estudantis de

acordo com seu pertencimento territorial, sendo denominadas regionais. São tempos e espaços de orientação coletiva das pesquisas, organização de intervenções, estudos da realidade, produção de fontes e registros. As regionais são (multi)territorializações dos sujeitos que compõem a LEC. São polos de práticas, vivências, centros de atividades culturais e políticas, bases da produção epistemológicas no campo da educação popular, além de intervenções de diversas naturezas (LEC, 2014^{iv}). Cada regional era coordenada e orientada por um ou mais docentes, integrando as diversas atividades realizadas no TE com o estudo da realidade local, nas atividades do TC. Ao término de cada etapa e nos momentos de apresentação dos Trabalhos Integrados (TI), essas atividades são sistematizadas e socializadas, qualificando as pesquisas, dando origem a novas sistematizações e ações de intervenção nas localidades.

De acordo com o PPP, essa caminhada implica para os sujeitos populares do campo um ir e vir de suas comunidades e a estreita relação entre histórias de vida, produção e os espaços da Universidade. Este ir e vir constitui a Pedagogia da Alternância que, ao articular dois espaços-tempos pedagógicos formativos, implica não apenas numa nova “metodologia”, mas todo um sistema

educativo diferenciado com os segmentos populares do campo. Sob este aspecto, a Pedagogia da Alternância dialoga com os princípios-chave da educação popular, a auto formação coletiva e libertadora e a noção de que a educação pode ser instrumento político de conscientização e construção de um novo saber pelas classes populares.

No campo pedagógico, para o senhor, qual seria a corrente epistemológica mais adequada para a abordagem na Educação do Campo? Por quê?

R.: Creio que a corrente epistemológica mais aprofundada na Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ foi a que se articula com a Pedagogia do Movimento (CALDART, 2008)^v e a Educação Popular / Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1997, 1975)^{vi}. Nelas, compreendemos a formação de professores do campo na sua estreita relação com as experiências e práticas da educação popular e agroecológicas, desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo. Organizamos, inclusive, o livro: Possíveis interfaces entre Educação do Campo, educação popular e questões agrárias^{vii} (2017). De tantas práticas pedagógicas que se configuram aquelas mais intensas e articuladas, nossa preocupação foi com as relações sociais que se sobressaíram dos laços entre as

instituições, a diversidade cultural, as identidades e memórias, a educação popular, os movimentos sociais e as políticas públicas de Educação do Campo, em especial, o PRONERA, PROCAMPO e o PRONACAMPO. Importante conhecermos o percurso de consolidação dessas políticas públicas no Brasil, pois durante séculos a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” de educação urbana.

Na pedagogia do movimento, constatamos que a partir da segunda metade do século XX, com as Ligas Camponesas e a defesa da educação popular, os movimentos sociais camponeses, fortalecidos por entidades governamentais e não governamentais, lutaram pelo acesso à terra e políticas públicas que respeitassem os sujeitos do campo e da cidade.

As mobilizações ganham força com a presença de inúmeras entidades, Universidades públicas, partidos políticos, Movimento de Educação de Base (MEB), Movimentos de Educação Popular, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e a frente de luta pela

reforma agrária, representada pelos movimentos sociais.

Ela representa a capacidade de articulação dos movimentos sociais e aponta para crescente necessidade de garantir projetos de educação popular emancipadores, cuja organização tenha como referência a cultura e o trabalho dos grupos sociais camponeses. O debate acerca da Educação do Campo deve, portanto, entender a complexidade e reafirmar a dimensão do campo brasileiro, constituído por paisagens, lutas, organicidade, desejos, histórias, memórias, identidades e modos de vida defendidos pelos sujeitos, individuais e coletivos, do campo.

A Educação do Campo pode representar a efetivação do projeto de educação popular defendido pelos trabalhadores/as camponesas, suas histórias de vida, lutas e organizações. A multiplicação, cada vez mais acentuada, dos debates nos encontros regionais, estaduais e nacionais, pode ser fundamental no enfrentamento das dificuldades de implementação das políticas públicas. Nesse sentido, significa afirmar a necessidade de compreender os processos educativos na sua estreita relação com os interesses políticos, sociais e culturais dos grupos sociais. O desafio dos movimentos sociais é integrar os

saberes camponeses à matriz curricular das escolas. Para tanto, é imprescindível desenvolver leituras críticas acerca dos valores urbanos presentes na organização curricular das escolas do campo.

Para (Arroyo & Fernandes, 1999, p. 31): “A escola tem que ser mais rica, tem que incorporar o saber, a cultura, o conhecimento socialmente construído)^{viii}”. Entendemos que a educação popular dialoga com a organização da cultura e o trabalho no campo, sintonizada com projetos de valorização da relação entre local e nacional. Ela rompe com as políticas neoliberais relacionadas à educação impessoal, mercadológica e estabelecimento de metas. Segundo Gadotti (2003):

A universidade precisa pensar constantemente nessa direção. É assim que ela se educa. Estudantes, professores, ultrapassando os muros para aprenderem junto à população, não por curiosidade intelectual, mas porque aprendem ensinando. Como diz Darci Ribeiro, “orientar o jovem universitário para a convivência com os deserdados de sua própria geração é também, uma forma de recuperá-lo para o país real, de ganhá-lo para uma vivência mais solidária através da imersão nas condições de existência do conjunto da população a que se propõe servir”. Esta universidade estaria fazendo educação popular. (Gadotti, 2003, p. 120^{ix}).

No que se refere à formação de professores, como os cursos de Licenciatura em Educação do Campo

entendem a práxis docente? Sobre os professores licenciandos ou sobre os professores que formam professores?

R.: A Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ contribuiu com a prática pedagógica através da análise crítica de fatores culturais, políticos, econômicos e sociais que influenciaram e influenciam as diferentes etapas e processos históricos da Educação do Campo no Brasil, resgatando a formação docente e a construção problematizadora do conhecimento. A formação docente por área de conhecimento utiliza a Pedagogia da Alternância, para atender os anseios de educadores, educandos e movimentos sociais. Tem como intencionalidade a promoção de estratégias que contribuam para superar a fragmentação do conhecimento, promovendo ações docentes articuladas às transformações das escolas do campo. Privilegia o compromisso com a emancipação dos povos camponeses, criando alternativas de organização do trabalho escolar, enquanto prática social. Esta formação pode contribuir com as transformações que a rede escolar tanto necessita, atendendo aos desejos e anseios, entre outros, dos movimentos sociais de luta pela terra. Nesse sentido, o educador do campo é mais que um agente educativo. Ele é componente essencial na transformação da sociedade. Os

educadores do campo devem compreender a relevância do seu papel na elaboração de alternativas para organizar o trabalho escolar, enquanto prática social. Segundo (Caldart, 2002, p. 36):

Por isso defendemos com tanta insistência a necessidade de política e projetos de formação das educadoras e dos educadores do campo. Também porque sabemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. E que há uma nova identidade de educador que pode ser cultivada desde este movimento por uma educação do campo^x.

A formação dos educadores/as do campo pode significar a garantia de práticas coerentes com os valores e princípios defendidos pela Educação do Campo. Ela reconhece as relações sociais que ali se estabelecem e apontam o território campestre, não como extensão da cidade, mas de valorização das formas de vida, desejos e trajetórias dos sujeitos, individuais e coletivos. Por outro lado, não se pode analisar tal formação somente na perspectiva de valorização dos saberes da comunidade. É preciso compreendê-la, especialmente, na dimensão da autonomia e organização de uma outra sociedade, que enfrente as inúmeras formas de opressão presente no campo brasileiro. Neste sentido, as demandas que se fazem presentes nas escolas do campo, necessitam de educadores/as cuja formação

os possibilitem entender a conjuntura atual da realidade camponesa. Um campo pressionado pelo modelo econômico excludente e que exige dos seus sujeitos coletivos, educadores e lideranças dos movimentos sociais, uma intensa capacidade de resistência.

Os desafios enfrentados acerca da transformação da educação superior em mercadoria, somam-se a resistência, precarização e aligeiramento das políticas de formação docente no nível superior, decorrentes das exigências atuais de formação do trabalhador, a partir de novos processos produtivos vigentes, estratégias de gestão e organização do trabalho que, por sua vez, impõem novas demandas à educação e formação de seus profissionais. As políticas de expansão das Universidades, por exemplo, têm adotado práticas que precarizam a qualidade da formação humana, se considerarmos o conceito de qualidade no sentido contra-hegemônico, ou seja, a habilidade de formar pessoas capazes de pensar criticamente a produção do conhecimento (Molina, 2016)^{xi}.

Deste modo, a Licenciatura em Educação do Campo na sua política de formação docente tem as seguintes demandas: seminários, fóruns e encontros sobre Educação do Campo, na estreita relação com a juventude rural, movimentos

sociais e os debates em torno da agroecologia, agricultura familiar e orgânica. Ela contribui com a formação discente no contexto da Educação do Campo, ressaltando o papel do educador na seleção e organização dos conteúdos e recursos didáticos utilizados.

Você poderia apresentar um balanço geral desses cinco anos de criação, implementação e desenvolvimento da Educação do Campo na UFRRJ?

R.: Nosso objetivo principal foi conhecer as possíveis relações entre os movimentos sociais e as políticas públicas de Educação do Campo, valorizando culturas, histórias de vida, transformação social, memórias e a formação de educadores e educandos por área de conhecimento. Os seminários, pesquisas e projetos vinculados à Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, contribuíram decisivamente para realização desse trabalho. Por outro lado, essencial reafirmar a urgência da implementação de políticas que enfrentem a altíssima rotatividade dos docentes nas escolas do campo, além da formação continuada dos educadores, considerando os princípios e especificidades da Educação do Campo. Entendemos que a educação popular pode colaborar para superar a precariedade dos muitos espaços campesinos.

O respeito pelos saberes do campo orientou toda organização e funcionamento da Licenciatura em Educação do Campo nesses 5 anos, zelando pela flexibilidade e possibilidades de revisão das atividades propostas, num projeto coerente com a realidade de vida das pessoas. Nosso horizonte foram as relações sociais concretas e a materialização das propostas políticas e pedagógicas em questão, em oposição à generalização dos aspectos particulares. Sendo assim, faço aqui alguns questionamentos? Qual a real possibilidade de implementação, em nível nacional, das políticas públicas de Educação do Campo? Quais as relações políticas, sociais e pedagógicas possíveis, a despeito das negações e adversidades, historicamente acumuladas, acerca da educação popular? Que práticas de leituras e escritas circulam nas escolas do campo? Que usos e funções elas possuem? É possível ir além dos espaços tradicionais e conservadores da escola regular? Educadores e educandos se mostram preocupados e flexíveis no trabalho com o novo? Contribuem na transformação dos educandos em agentes e sujeitos da história? Ou atuam, apenas, como meros participantes? Como enfrentar tantas questões? (Molina^{xii}, 2014; Souza^{xiii}, 2012).

Consideramos as histórias de vida de educadores e educandos, memórias e vida

cultural, constitutivas de valores, conflitos de ideias, lutas pelo reconhecimento identitário e novas formas coletivas e democráticas de relacionamentos. Quero salientar que a produção do conhecimento pautada nos dados coletados e nas observações efetuadas não são isentas de valores. A construção crítica e coerente do saber não é neutra. Assim, a história pessoal do autor permeou todo o desenvolvimento desse trabalho. Esperamos, dessa forma, estimular a produção de leituras e reflexões que contemplem a formação de educadores do campo. Nesse processo de construção histórica prevaleceu o respeito às diferenças e a valorização da identidade cultural dos povos camponeses, propondo uma educação inclusiva, questionadora e democrática, presente em diversas experiências de educação popular vinculadas à luta pela terra. Por fim, importante registrar nossa defesa às políticas públicas que contribuam na formação de educadores para as escolas do campo brasileira. Sugiro aos leitores a continuidade desses estudos com o objetivo de compreender a relevância de tais políticas no fortalecimento das relações com os movimentos sociais.

Para finalizar, o senhor se considera um militante, um teórico, um pensador ou gestor quando o assunto é Educação do Campo? O que o senhor espera para o

futuro da Educação do Campo no Brasil?

R.: Eu me considero um militante das políticas públicas de Educação do Campo. Compreendo que a sociedade brasileira construiu no seu imaginário uma estreita e injusta ligação do campo como lugar do atraso, contribuindo para omissão do Estado em relação às políticas públicas de educação e demais direitos dos povos camponeses. É de consenso na sociedade brasileira que a exclusão do direito à terra e educação contribuem para elevadas distorções sociais e aumento exagerado da violência. Com tantos problemas, até onde vai o direito de ir e vir nas escolas do campo? Esses desafios precisam ser enfrentados por políticas públicas, educadores, educandos e movimentos sociais. Importante mexer com o imaginário da sociedade e valorizar os sujeitos de direito, individuais e coletivos, do campo, enquanto agentes da própria libertação. Rever os significados do ato político de educar, a intervenção crítica, debates, reflexões e ações que considerem a educação popular e as efetivas transformações sócio-educacionais.

Entendemos que a Educação do Campo emancipadora estabelece estreita relação com os valores da dignidade humana, confiança, solidariedade, compreensão coletiva e valorização das

histórias de vida dos sujeitos camponeses, incorporando espaços há tempos silenciados. Ela dialoga com a educação popular, os movimentos sociais e a Pedagogia da Alternância, além da segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, agricultura orgânica e agroecológica. São campos do saber que se aproximam e devem ser explorados por educadores e educandos nas escolas do campo, nas comunidades e ambientes familiares.

Uma parte considerável da população brasileira vive, trabalha e resiste no meio rural, embora, a quantidade e qualidade das pesquisas sobre tal temática, ainda seja insuficiente. A realidade da agricultura familiar no Brasil e sua relação com os assentamentos, acampamentos e territórios quilombolas, necessita de estudos e aprofundamentos teóricos. Segundo os movimentos sociais do campo, é urgente a defesa de uma agricultura familiar ligada às questões da agroecologia, semente crioula e a presença constante das famílias na consolidação das escolas do campo. Importante ainda, romper com as inúmeras dificuldades no processo de implementação das políticas públicas de Educação do Campo, dentre elas: as escolas multisseriadas com ausência de docentes e pessoal de apoio, infraestrutura precária, estradas intransitáveis, transportes

inadequados e o enorme descaso das secretarias, municipais e estaduais, na organicidade da Educação do Campo.

Ainda é possível constatar cursos aligeirados, formação de educadores e educandos preocupados apenas com a lógica do mercado, conteudistas e superficiais, currículos tradicionais e improvisados, péssimo acesso e permanência dos jovens e adultos nas escolas do campo, evasão escolar e espaço físico com inadequada infraestrutura para o bom funcionamento das escolas. A Educação do Campo no Brasil, historicamente tratada como educação rural, foi por muito tempo subjugada aos interesses das classes privilegiadas, reflexo das adaptações, valores e princípios das escolas urbanas.

Mesmo com tantas interrogações, percebemos que as atividades desenvolvidas nas escolas do campo têm a sensibilidade de trabalhar com práticas de leitura e escrita relacionadas às problemáticas da luta pela terra, formação política e histórias de vida dos estudantes. Interage com a produção histórica do conhecimento nos diferentes tempos e espaços, respeitando as diversas formas de linguagens e interpretações. As escolas do campo podem ser protagonistas na promoção do desenvolvimento das comunidades camponesas, numa

perspectiva contra-hegemônica, de socialização das novas gerações e produção emancipadora do conhecimento, valorizando a agricultura familiar, religiosidades, formação étnica, respeito à historicidade, memória coletiva, identidade camponesa e os saberes sociais. Todo um processo de construção que vai além das finalidades, tradicionalmente conservadoras, reservadas à escola.

Importante salientar que tais gargalos não diminuem as lutas e resistências dos sujeitos camponeses organizados. Apesar do retrato atual, as políticas públicas educacionais podem atender os anseios do campo, considerando o diálogo com as diversas esferas da gestão do Estado, movimentos e organizações sociais do campo brasileiro. Pode ainda contribuir na consolidação dos diferentes saberes oriundos das escolas do campo, através da diversidade étnico-cultural, o reconhecimento do direito à diferença, a construção de bases epistemológicas que busquem a superação da dicotomia campo-cidade, além das articulações políticas, sociais e culturais presente na diversidade dos movimentos sociais. Rompe-se com a construção equivocada de estereótipos acerca dos sujeitos, individuais e coletivos, do campo. Definitivamente, os camponeses não são ingênuos, ignorantes, dependentes e atrasados. A mudança de paradigmas na

Educação do Campo é essencial. Prescinde de novos olhares, fundamentação teórico-prática e recriação do sujeito histórico.

Acreditamos no enfrentamento histórico realizado por educadores, educandos e movimentos sociais às estratégias de repetições, repasses descontextualizados e ao conformismo da escola tradicional. Nessa conjuntura, os sujeitos do campo estarão (e estaremos todos nós) contribuindo na transformação dos educandos em agentes e sujeitos da história. Serão eles, os protagonistas da emancipação libertadora e não, apenas, meros participantes. As Universidades públicas desse país, secretarias municipais e estaduais de educação tem condições de construir, coletivamente, projetos emancipadores que elevem a autoestima, criticidade e autonomia de educadores e educandos. Obviamente, essas questões não estão desvinculadas da capacidade de mobilização social e política que os sujeitos do campo constroem no seu íntimo. O reconhecimento identitário e as histórias de vida dos atores devem ser fortalecidas com as novas conquistas e a capacidade de propor, questionar, dialogar e refletir sobre as relações de poder e saberes historicamente estabelecidos.

Os movimentos sociais do campo, enquanto sujeitos coletivos, contribuem com as Universidades, secretarias estaduais

e municipais de educação, formando educadores e educandos que respeitem as identidades dos trabalhadores rurais, lideranças comunitárias e simpatizantes da luta pela terra, numa perspectiva de valorização das novas experiências de produção agroecológica e cooperativa. Acreditamos que a valorização das memórias, identidades e histórias de vida dos sujeitos, contribuem no fortalecimento das ações de formação política e continuada, enfraquecendo os mecanismos de opressão e injustiças sociais. Quando educadores e educandos pensam a si mesmos, enquanto protagonistas de suas histórias, outros olhares e reflexões são possíveis. Educa-se para cidadania, conscientização dos problemas e enfrentamento das dificuldades. Quando ação e reflexão são organizadas com o objetivo de transformar a realidade dos sujeitos camponeses, a práxis libertadora pode contribuir na consolidação das políticas públicas de Educação do Campo.

ⁱ Bicalho, R. (2007). *Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense*. Campinas: Editora Komedi. 2ª edição.

ⁱⁱ Bicalho, R. (2008). *Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetória de educadores e lideranças*. Campinas: Editora Komedi.

ⁱⁱⁱ Molina, M. C., & Jesus, S. M. S. A. (2010). Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação. In Santos, C.

A., Molina, M. C., & Jesus, S. M. S. A. (Orgs.). *Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil* (pp. 29-63). Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário.

^{iv} UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2014). *PROJETO Político Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo*. Seropédica, RJ.

^v Caldart, R. S. (2008). *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola*. SP: Expressão Popular.

^{vi} Freire, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. SP: Paz e Terra.

^{vii} Bicalho, R. (2017). *Possíveis interfaces entre educação do campo, educação popular e questões agrárias*. Curitiba, Editora Appris.

^{viii} Arroyo, M. G., & Fernandes, B. M. (1999). *A educação básica e o movimento social do campo – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo*. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 2.

^{ix} Gadotti, M. (2003). *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale.

^x Caldart, R. (2002). Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In Kolling, E. J., Cerioli, P. R., & Caldart, R. S. (Orgs.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas* (pp. 25-36). Brasília. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4.

^{xi} Molina, M. C. (2016). Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil: Sub 7 - Analisar a expansão da Educação Superior do Campo, com destaque para a área de Formação de Educadores. In *XXIV Seminário Nacional Universitas / BR. Dívida pública e educação superior no Brasil*. Maringá / PR.

^{xii} Molina, M. C. (2014). *Licenciaturas em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar*. MDA / Série NEAD Debate 23.

^{xiii} Souza, M. A. (2012). *Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Informações da entrevista / Interview Information

Recebido em : 24/05/2020

Aprovado em: 29/06/2020

Publicado em: 02/07/2020

Received on May 24th, 2020

Accepted on June 29th, 2020

Published on July, 02nd, 2020

Conflitos de interesse: O autor declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a esta entrevista.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

George Leonardo Seabra Coelho



<http://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

Como citar esta entrevista / How to cite this interview

APA

Coelho, G. L. S. (2020). Educação do Campo no Rio de Janeiro: relato da experiência de implementação da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4, e9386.

<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9386>

ABNT

COELHO, G. L. S. Educação do Campo no Rio de Janeiro: relato da experiência de implementação da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 4, e9386, 2020.

<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9386>